



ARTIGO

“Homem é Homem, Mulher é Mulher, Cada Um Tem o Seu Serviço no Seu Sítio”:

O Permitido e o Interditado entre os Gêneros

Dominique Stefany Gomes dos Santos, *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Sandro Benedito Sguarezi, *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Luciene Neves, *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Resumo. O presente artigo configurou-se em uma investigação dos estudos de gênero com as camponesas e os camponeses dos assentamentos rurais localizados na fronteira Brasil-Bolívia, no município de Cáceres-MT. A problematização que nos orientou foi: De que modo os processos generificadores influenciam nas relações estabelecidas entre mulheres e homens no território camponês? O embasamento teórico assentou-se nos conceitos de Gênero e Patriarcado (SCOTT, 1995; TIBURI, 2018); e na Divisão Social e Sexual do Trabalho (KERGOAT, 2009). Metodologicamente, seguimos pela abordagem qualitativa, pelo tipo de pesquisa descritivo e utilizamos a técnica de entrevista semiestruturada com as/os 11 camponesas/es. Identificou-se que há divisão e diferenciação entre os gêneros, onde o trabalho na casa é designado às mulheres e o trabalho na roça atribuído aos homens. Reconhece-se que existem mulheres presentes nas funções da roça, porém seu trabalho é visto como “ajuda” ao homem. Evidenciou-se a necessidade de reconhecer e reavaliar a divisão das tarefas em função dos gêneros daquele território.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de Gênero. Generificação. Divisão Social e Sexual do Trabalho. Assentamentos Rurais.



Apresentação

O presente artigo constitui-se como um recorte de um trabalho de dissertação, proveniente do mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus Cáceres-MT, no qual configura-se em uma investigação nos campos temáticos dos estudos de gênero e sexualidade com as camponesas e os camponeses que pertencem aos sete assentamentos localizados na fronteira Brasil-Bolívia, município de Cáceres, sendo eles: Sapiquá, Rancho da Saudade, Nova Esperança, Jatobá, Bom Sucesso, Katira e Corixa.

Entendemos que problematizar sobre as relações de gênero e sexualidade requer que tais categorias sejam analisadas e compreendidas em um contexto sociocultural que se constrói, se estrutura e se (re)modifica dentro de espaços e tempos próprios. Tomando como princípio de que as relações de gênero e trabalho no campo em assentamentos rurais são classificadas como aspectos secundários, que as lutas para a libertação das camponesas e camponeses de condições aviltantes impostas por questões de classe recebem uma maior visibilidade se comparada às relações de gênero, foi que partimos para uma investigação neste lugar.

As diferenças sexuais/biológicas entre mulheres e homens estão e são presentes em seus corpos, entretanto, não devem ser instituídas como formas de se propagar desigualdades, hierarquizações e oposições entre os sexos, tendo em vista que mulheres e homens são diferentes e não desiguais (SCOTT, 1996). Essas formas de se compreender os sexos, em uma perspectiva biologicista, estruturam formas de ser mulheres e homens; indicam como que estas/estes devem se relacionar afetiva, amorosa e sexualmente; assujeitam-se corpos às normas e naturalizações. Os estudos de sexualidade, nesse sentido, incitam a problematizar a estruturação histórica e cultural de uma sexualidade dominante – no caso a heterossexual – em detrimento de outras possibilidades de orientações sexuais existentes na sociedade.

As permissões e interdições se configuram quanto às normas e padrões que organizam e regulamentam corpos e desejos de mulheres e homens. São instituídos por poderes que se propagam de maneiras sutis que ordenam, manipulam e cultuam modos de “como ser homem” e “como ser mulher”; as vivências e a naturalização da sexualidade heterossexual – até mesmo aquelas/es que não se enquadram nessa



sexualidade específica – a (re)produzirem práticas que não se constituem apenas no aspecto sexual-afetivo, mas também como um regime político de ordenamentos na esfera cultural e social.

Dessa maneira, para este artigo, tomamos como problematização orientadora o seguinte questionamento: De que modo os processos generificadores influenciam nas relações estabelecidas entre mulheres e homens no território camponês? Para esta pesquisa, o conceito de generificação é justamente o reconhecimento de que os espaços sociais, ao mesmo tempo que são consolidados por diferenciações, principalmente hierarquizações, entre os gêneros masculinos e femininos, são estruturas que constituem homens e mulheres, seus ‘papéis’ sociais, suas demandas condizentes aos gêneros. Precisamente de maneira relacional e concomitante, as instituições são constituídas e constituintes dos gêneros de maneira naturalizada, por isso mesmo, tão presente cotidianamente nas estruturas sociais.

Dentro dessas estruturas sexistas e patriarcal-capitalista constituem-se lugares para mulheres e homens a partir do sexo. Por isso mesmo, também adentramos no conceito de Divisão Social e Sexual do Trabalho para fundamentar que há uma separação e hierarquização de espaços, especialmente de trabalho, que diferenciando de maneira desigual os gêneros ao delimitar que o trabalho no âmbito público é destinado ao gênero masculino (externo e produtivo) e o âmbito privado relegado ao gênero feminino (interno e reprodutivo). Distinções estas que promovem relações assimétricas, na medida que está carregada de privilégios aos homens e subordinação das mulheres, onde todo trabalho realizado por estas são menosprezados e invisibilizados.

Alguns Pressupostos Teóricos e Analíticos

Para problematizar sobre as relações de gênero, partimos de uma breve discussão teórica sobre a conformação estrutural social proveniente do patriarcado. O patriarcado é uma instituição histórico-social que organiza a sociedade no sentido de produzir e manter a ordem social vigente através da naturalização dos papéis e lugares dos sujeitos (TIBURI, 2018) que, fundamentalmente, estabelece uma hierarquia, tendo em vista que privilegia a posição de superioridade de corpos masculinos sobre a subordinação de corpos femininos. Nesse sentido, consiste num sistema de privilégios que (re)produz assimetrias de gênero introjetando diversos comportamentos que condiga ao gênero a que este



corpo pertence, na mesma medida conduz a construção de espaços generificados decorrente das relações de poder.

Nessa acepção, o sistema patriarcal é uma expressão de poder nas sociedades que se utiliza do controle e do ordenamento para ocupar uma supremacia, na medida em que disciplina corpos, delimita espaços baseado na ideia essencialista de qual o lugar apropriado aos gêneros feminino e masculino (as determinações impostas aos gêneros). Dessa maneira, a base histórica e estrutural que fomenta variadas concepções (teóricas e práticas) segregacionistas que reproduzem desigualdades pautadas na separação, na dominação, na hierarquização e na naturalização estão amparadas na instituição patriarcal.

Quando se entra na dimensão econômica do trabalho e da divisão de papéis, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são dois conceitos de estimada importância para o entendimento sobre as relações entre mulheres e homens no contexto sócio-histórico-cultural de uma hegemonia colonial-patriarcal-capitalista. Segundo Kergoat (2009, p. 67) “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade”.

Para a autora, existem dois princípios organizadores fundamentais para se problematizar sobre a divisão sexual do trabalho baseado nas relações sociais, tendo em vista considerar esses conceitos como analíticos, os quais são os princípios da separação e da hierarquização. A separação refere-se à assertiva de que existam trabalhos de homens e outros de mulheres; e a hierarquização diz respeito à valorização do trabalho do homem em comparação aos realizados pelas mulheres (KERGOAT, 2009). Tais princípios são regidos, na forma de ordenamento, por relações de poderes assimétricas que perpassam e estruturam essas relações sociais entre os sexos, contribuindo assim para o desenvolvimento das situações de dominação, opressão e exploração de um sexo (os homens) sobre o outro (as mulheres).

Uma das formas de se materializar essas disparidades é a manutenção de um regime em que o trabalho masculino é assalariado e o trabalho feminino é o não assalariado, na realidade geral, nem é visto como trabalho. Como Federici (2018, p. 13, tradução nossa) afirma “[...] o homem tem o poder do salário e se converte no supervisor do trabalho não remunerado da mulher. E tem também o poder de disciplinar”. Essa forma social de estabelecer o trabalho na sociedade provoca



desdobramentos no âmbito familiar, fomentando ainda mais o poder disciplinar que a instituição patriarcal tem construído pelo projeto de civilização em que o homem detém o poder, e na qual a disciplina opera para legitimar processos de permissão e interdição sobre os corpos e ações das mulheres.

Conforme Scott (1995, p. 75), “o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). A autora apresenta que o conceito de gênero deve ser tratado enquanto categoria de análise histórica, a partir das construções socioculturais que se fazem representar pelos corpos de mulheres e homens. Os papéis adequados remetem-se às significações que são construídas pelas normas estabelecidas para os gêneros dentro desses aspectos relacionais e que, segundo Louro (1997), devem ser questionados por se configurarem como padrões ou regras arbitrárias. Isto é, surgem como forma de evidenciar classificações, delimitações e normalizações imbuídas aos sexos/gêneros masculinos e femininos.

Nesse sentido, o conceito de gênero insurge como forma de questionar a historicidade da conformação dos gêneros (feminino e masculino) que produziram – e que continuam a produzir e reproduzir – padrões de feminilidades e masculinidades estabelecendo “fronteiras”. Tais fronteiras sendo entendidas como limites, daquilo que é permitido e/ou interditado por ser mulher ou homem e todos os arranjos sociais e culturais associados; mas, de mesmo modo, pensá-lo como potencial para o transpassar/cruzar fronteiras e limites pré-estabelecidos como também àqueles que estão em constante (re)construção (LOURO, 1997).

Então, a partir dessas discussões, os processos de generificação são utilizados para compreender em que medidas essas práticas e discursos sobre e para os gêneros se desenvolvem e se (re)produzem. Na perspectiva de Louro (1997, p. 25), “[...] admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes do gênero”, em um processo relacional e simultâneo de que as instâncias, práticas e espaços sociais são generificadores e generificados, as quais intencionam homogeneizar modos de ser, de pensar, de se identificar.

A respeito de pensar esse tipo de debate sobre as relações de gênero no contexto do campo, ainda é um foco de análise recente e que decorreu (e decorre) de mulheres camponesas que, percebendo a existência de



constantes condições assimétricas e de desigualdades em comparação aos homens, seguem a reivindicar uma série de direitos que ainda lhes são negados. Cruz e Ferreira (2019, p. 59) apontam que as mulheres, tradicionalmente:

[...] passam, lavam, cozinham, cuidam das crianças e da sua educação e através da oralidade transmitem e reproduzem os modelos em que foram criadas. Do ponto de vista do acesso aos recursos, insumos e crédito geralmente participam inexpressivamente e não delegam tarefas administrativas na produção e muito menos na gestão da terra. A carga elevada de afazeres não é reconhecida e sim vista como uma “ajuda”. Com a subalternização do seu trabalho, as mulheres rurais enfrentam a invisibilidade das suas atividades assim como a redução da valorização do trabalho.

O fragmento acima contribui para que possamos delinear diferentes reflexões iniciais pela perspectiva das relações de gênero. Primeiramente, pelo aspecto histórico-cultural-social das designações de papéis delimitadas aos gêneros feminino e masculino – no caso, às mulheres, são designadas tarefas e trabalho no âmbito privado doméstico. Outra questão importante a ser levantada é o trabalho das mulheres não serem visibilizados, posto que nem é visto como trabalho, muito menos, denotado como produtivo, mas sim como uma “ajuda” e uma extensão das atividades exercidas no espaço da casa. Um terceiro apontamento se remete a ausência da legitimação e representatividade que a mulher pode exercer nesse território, visto que, como são subordinadas, não lhes são oportunizados espaços para desempenharem papéis de liderança e/ou protagonismos.

Para corroborar com essa reflexão, Korol (2016, p. 33, tradução nossa) evidencia que especialmente nesses territórios as mulheres “[...] são convocadas a trabalhar como mão de obra barata, sem segurança social, e com horários que superam às 12 horas, sem o pagamento de horas extras”. Isto ocorre, porque, apesar de estarem imersas nesse sistema de produção, os trabalhos realizados pelas mulheres não são vistos como produtivos ou valorizados e são invisibilizados, pelo aspecto de naturalização fundada pela ideologia patriarcal e capitalista dominante.

Desse modo, seguimos com o intuito de seguir refletindo sobre os sistemas de opressão-dominação-exploração em articulação com as relações de gênero no campo, no sentido de conhecer, compreender e problematizar a respeito de como esses processos se operacionalizam e repercutem nesse território.



O Caminhar Metodológico

Uma das primeiras descobertas identificadas a partir dessa movimentação possibilitada pela pesquisa se refere a assinalar que o processo de investigação é, intrinsecamente, cambiante. Definimos como um “caminhar”, porque justamente empreendemos um percurso que se efetivou a cada novo passo e, mesmo com as dificuldades que surgiram no meio do caminho, precisávamos continuar avançando e lidando com as contingências, principalmente superando-as.

O processo investigativo caminhou por diversas fases, na qual a primeira estruturou-se na construção de um balanço de produção científica, tendo em vista que, conforme Mocheuti (2017, p. 1), “Faz-se relevante porque colabora com a familiarização e seleção das produções que poderão subsidiar a futura pesquisa e, conseqüentemente, um melhor desenvolvimento de conceitos e paradigmas”. Nesse sentido, o balanço de produção permitiu a pesquisadora principal avançar no sentido de compreender as possibilidades e as lacunas existentes em relação ao tema da investigação e, ao mesmo tempo, mostrou quão incipiente era o projeto, sendo inovador no contexto local, mas que poderia ser melhorado.

Sendo assim, dado o objetivo da investigação, optamos pela abordagem de pesquisa qualitativa, compreendendo que a realidade subjetiva não pode (e não deve) ser quantificada. Esta abordagem de pesquisa possibilita justamente a expressão das particularidades das/os participantes, os significados que se apresentam e como se representam a partir de seus olhares e singularidades, indivíduos estes compreendidos enquanto pesquisadoras/es e pesquisadas/os.

Nesse sentido, primeiramente, foi necessária a realização de uma “exploração” – descobrir através de observações e identificações iniciais – sobre o território que foram os assentamentos Sapiquá, Rancho da Saudade, Nova Esperança, Jatobá, Bom Sucesso, Katira e Corixa, localizados na fronteira Brasil-Bolívia, no município de Cáceres-MT. Para tal, definimos como “ponto de encontro” no processo de identificação de possíveis participantes da pesquisa, a Escola Estadual 12 de outubro, pois é uma instituição escolar que acolhe estrutural e pedagogicamente as/os moradoras/es desses assentamentos, contemplando o nosso propósito que se pautava em encontrar mulheres e homens camponesas/es pertencentes aos assentamentos em questão.



O primeiro contato que estabelecemos neste lócus de pesquisa foi no ano de 2019, com as/os profissionais e estudantes desta instituição, e nos apresentaram toda a organização física, administrativa e pedagógica da escola (existindo salas anexas em vários assentamentos); nos relataram as relações estabelecidas com a escola municipal¹ existente naquele território, bem como as relações tecidas entre escola-comunidades e os desafios da constituição de uma escola que está situada no campo².

É importante explanarmos que houve modificação em razão da pandemia proveniente da COVID-19, no ano de 2020, por conta da qual se estabeleceu o distanciamento (físico e simbólicos) dos contatos construídos inicialmente, então ampliamos a procura para além do “ponto de encontro”, compreendendo também contatos com a Escola municipal e todo o território da comunidade da fronteira Brasil-Bolívia.

Desse modo, adotamos o *snowball* (bola de neve) como medida necessária para esse processo de investigação. Conforme Vinuto (2014) apresenta o *snowball*, isto é, a bola de neve é um tipo de amostragem que utiliza cadeias de referências, e isso requer afirmar que não há certeza quanto a seleção e participação efetiva de um/a determinado/a sujeito/a indicado, todavia se constitui como um tipo de amostragem com possibilidade de chegar num grupo de difícil acesso, através de indicações.

O trabalho de campo, dessa forma, foi instrumentalizado pela técnica da entrevista semiestruturada, tendo em vista a escassez de pesquisas e estudos que direcionam e se baseiam nos estudos de gênero (e sexualidade), dos processos educativos generificadores no/do campo, utilizar-se dessa técnica orienta-se para conversas relevantes e necessárias para a pesquisa e às/aos participantes.

Com a contribuição de professoras/es, coordenadoras/es, gestoras/es, estudantes e moradores/as desses assentamentos, chegamos a um total de 11 pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa. Entretanto, consideramos que não foi um processo fácil, primeiramente, por ter que conquistar a confiança dessas/es camponesas/es para a pesquisa por meio de ligações e contato via *WhatsApp*; segundo, alcançar também os homens camponeses, dado que problematizar as relações de

¹ Não identificaremos o nome da escola, visto que tal instituição, por não ter sido nosso objeto de pesquisa desde o início, não obtivemos o termo de consentimento formal aprovado pelo CEP para ocuparmos o seu espaço e/ou divulgar o seu nome.

² Após esse contato inicial, o projeto de dissertação foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e recebeu parecer “aprovado” em 17 de dezembro de 2019, sob o número 3.779.752.



gênero é entender sobre os sujeitos que compõem essa categoria relacional; terceiro, tentar alcançar todos os setes assentamentos; e quarto realizar as entrevistas de forma virtual, devido aos protocolos de prevenção à COVID-19, se mostrou a única alternativa.

As oito primeiras entrevistas foram realizadas exclusivamente com mulheres, transcorreram-se algumas semanas até que encontramos mais 3 participantes, todos homens, e conseguimos neste conjunto de participantes alcançar seis assentamentos, somente no assentamento Bom sucesso não encontramos participante.

Como forma de registro dessas 11 entrevistas recorremos ao *Google Meet* disponibilizado pela empresa *Google*, que se constitui quanto a uma ferramenta que, através de chamadas de videoconferências e podendo ser utilizada tanto pelo computador quanto por dispositivos móveis (celulares, tablets, por exemplo), possibilita as conversas online e em tempo real, constituindo-se como uma maneira de estabelecer contato com essas camponesas, mesmo que à distância. Além disso, o *Meet* permite realizar gravações das reuniões (as quais foram possíveis através da utilização de conta institucional da UNEMAT) e estas gravações foram autorizadas e possibilitadas mediante o consentimento prévio das participantes a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento no qual se apresenta a intencionalidade e os aspectos éticos da pesquisa.

Finalmente, a análise de dados se efetivou pela análise de narrativas, subsidiadas por Duarte (2004, p. 222) que apresenta que os dados de uma pesquisa qualitativa, além de todos os procedimentos iniciais e necessários na fase de realização da entrevista, requerem um trabalho de organização do material produzido na fase da empiria, no qual “passa pela interpretação dos fragmentos dos discursos dos entrevistados, organizados em torno de categorias ou eixos temáticos, e do cruzamento desse material com as referências teórico/conceituais que orientam o olhar desse pesquisador”. Dessa maneira, os sentidos das narrativas são identificados e produzidos através do olhar da pesquisadora em articulação com os referenciais acadêmicos-científicos adotados, na direção de organizar o todo (as análises das diferentes categorias e/ou eixos temáticos).

As Relações de Gênero: Jornada Cotidiana de Mulheres e Homens



Inicialmente, apresentamos uma breve contextualização acerca do território que se constituiu como o nosso lócus de pesquisa. Cáceres é um município localizado na mesorregião Centro-Sul do estado e na microrregião do Alto Pantanal, faz fronteira com a Bolívia, está estabelecido a 215 km da capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, possuindo uma área territorial de 24.593,123 km², com uma população estimada em 94.861 pessoas (IBGE, 2020).

Desse modo, situamos que o território de Fronteira Brasil-Bolívia, localizado no município de Cáceres contém um conjunto composto por sete assentamentos que (re)configuram cotidianamente esse território, são eles: Sapiquá, Rancho da Saudade, Nova Esperança, Katira, Jatobá, Corixa e Bom Sucesso. Quanto ao conceito de assentamentos rurais, nos aproximamos da definição de Silva e Binzstok (2015), ao afirmarem que os assentamentos rurais são agregados de terras situados em determinados espaços rurais e se constituem de forma heterogênea mediante a diferentes grupos sociais compostos por famílias de trabalhadoras/es rurais. Podemos inferir que esses assentamentos, além de serem formados e distribuídos para abrigarem uma grande parcela da população que não possui lugar fixo para viver e trabalhar, quando conquistam tal possibilidade (seja por movimentos sociais ou pela Reforma Agrária), (re)organizam esse espaço para uma vivência própria camponesa.

Por conseguinte, faz-se necessário identificar quem são as pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa, independentemente da distância (visto que as entrevistas se constituíram de forma virtual), das atribuições (e atribuições) cotidianas da vida no campo e/ou até mesmo pelo desconhecimento das perguntas que seriam realizadas e de quem era a pesquisadora principal. Desse modo, no quadro abaixo poderemos observar o perfil de identificação pessoal das camponesas e dos camponeses participantes desta pesquisa:

Quadro 1: Perfil de identificação pessoal das/os camponesas/es da fronteira Brasil-Bolívia

Camponesa/ês³	Idade	Sexo	Assentamento
---------------------------------	--------------	-------------	---------------------

³ Na intencionalidade de manter a integridade das/os participantes e atendendo aos procedimentos éticos da pesquisa, as camponesas e os camponeses aqui evidenciados serão identificadas/os por nomes



Buriti	38 anos	Feminino	Corixinha
Acuri	---- ⁴	Feminino	Sapiquá
Canjiqueira	20 anos	Feminino	Sapiquá
Jatobá	41 anos	Feminino	Nova Esperança
Aroeira	44 anos	Feminino	Corixinha
Figueira	55 anos	Feminino	Sapiquá
Ipê	29 anos	Feminino	Jatobá
Embaúba	28 anos	Feminino	Nova Esperança
Jenipapo	48 anos	Masculino	Katira
Carandá	34 anos	Masculino	Sapiquá
Bocaiúva	59 anos	Masculino	Rancho da Saudade

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados extraídos das entrevistas semiestruturadas (2021).

Ressaltamos que a nossa intencionalidade desde o início da pesquisa era conseguir alcançar tanto mulheres quanto homens no lócus no qual adentramos, tendo em vista que discutir sobre as relações de gênero segue justamente em problematizar as relações que são construídas entre os sexos/gêneros. No total, envolvemos nesta pesquisa 11 participantes, sendo 8 mulheres e 3 homens, compreendidas/os dentro da faixa de etária de 20 a 59 anos – em consonância com o estabelecido desde o projeto inicial em abarcar somente pessoas maiores de idade.

Nesta seção de análise, enfocaremos nas atividades que fazem parte das jornadas cotidianas da camponesas e camponeses, e que nos possibilitam compreender como essas práticas determinam (ou não) posições permitidas e/ou interditadas para mulheres e homens, partindo das análises produzidas pelas relações de gênero.

A sociedade está constituída a partir de diferentes expressões estruturais (ou seja, a maneira como se expressam) como o patriarcado, o colonialismo e o sexismo. Pensando mais especificamente neste último, a definição de sexismo, segundo Borrillo (2010, p. 30) se reproduz “[...] como a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo o que se refere

ficícios. Os nomes escolhidos advêm de árvores e palmeiras que integram e representam a flora autóctone da região do Cerrado e do Pantanal.

⁴ A idade de Acuri não pôde ser informada, porque a camponesa optou por não a identificar.



à vida doméstica”. Nesse sistema, construíram-se (e ainda se constroem) normas que permitem e/ou interditam corpos de mulheres e homens no que concerne às vivências nas diferentes esferas humanas.

O “permitido” e o “interditado” são termos para representar que, a partir de visões biologicistas que delimitaram os sexos (homem e mulher), construíram-se padrões de feminilidade e masculinidade a serem adotados. Essas designações são expectativas construídas histórico-culturalmente que afetam as pessoas nas diferentes dimensões da vida: educacional, profissional, afetivo-amorosa, política, entre outras. Desse modo, essas normatizações que se (re)produzem através de opressões, dominações e explorações, geralmente ocorrem de maneiras sutis, tendo em vista a naturalização dessas estruturas de poder, que são justamente todas essas ideologias que o conceito de gênero permite problematizar.

Assim sendo, no processo de entrevista, foi importante identificarmos qual era o entendimento que as camponesas e os camponeses detêm a respeito do conceito do gênero, melhor dizendo, a definição e/ou as características que implicam quando utilizamos esse conceito. Desse modo, ao questionarmos “o que você entende por relações de gênero”, chegamos a algumas respostas que veremos no quadro a seguir:

Quadro 2: O entendimento sobre a expressão “relações de gênero”

Camponesa/ês	Narrativas
Buriti	Então, eu já ouvi falar só nessa pergunta, só nessa pergunta, agora o que significa eu não sei. Eu já ouvi falar só essa pergunta que você me fez.
Figueira	É, assim, o gênero que você fala entre homem e mulher na classe social ou não? [...] Então, assim, aqui no campo, geralmente, quem determina mais é o homem do que a mulher né, na vida social né, ela mais obedece o homem.
Carandá	Bom, relação de gênero, gênero de homens ou mulheres ou socio... afetivos né, homossexuais ou não, entendeu? Nesse sentido?

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados extraídos das entrevistas semiestruturadas (2021).

Surgiram mais perguntas que respostas. Esse movimento de questionamento das/os próprias/os camponesas e camponeses acerca dessa expressão pode representar uma (auto)reflexão sobre o conceito,



não em sua forma acadêmico-científica, mas especialmente em como isso se operacionaliza nas relações cotidianas.

A camponesa Buriti aponta que já ouviu falar no termo, todavia não conseguiu situar de onde se procedeu e nem o seu significado, dificultou esboçar um entendimento acerca do assunto. No que se refere às colocações de Carandá já podemos observar o delineamento de alguns novos elementos quando o camponês narra, melhor dizendo, pergunta se o que queremos saber está relacionado com o gênero na relação homem-mulher e/ou o casal; ou se nas questões que envolvem a sexualidade (orientação sexual) ao elencarem o termo homossexual e as relações homoafetivas.

A camponesa Figueira afirma que nas relações sociais naquele território há uma relação de subordinação da mulher ao homem, visto que este é quem determina – isto é, manda – e a mulher obedece. Podemos respaldar essa narrativa pela ótica das dimensões histórico-culturais que fomentam a ideologia patriarcal, tendo em vista que a partir da demarcação das existências dos sexos, determinou-se que o homem possui o poder de decisão e representa uma figura de autoridade legitimada (DELPHY, 2009).

Argumentamos que discutir sobre as relações de gênero transcende a delimitação dos papéis e das regras arbitrárias estipuladas aos gêneros feminino e masculino. De acordo com Meyer (2013, p. 20), uma das determinantes correspondentes à problematização do conceito de gênero está fundamentada que “[...] as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino ao mesmo tempo em que estão centralmente implicadas com sua produção, manutenção ou ressignificação”. Isto é, (re)produz-se a generificação, este processo relacional entre instituições e práticas sociais que demarcam e, ao mesmo tempo, são demarcados por esses processos.

Essa concepção que orienta as nossas análises permitirá que possamos compreender melhor esses processos de generificação que ocorrem nas relações entre mulheres e homens no território da fronteira Brasil-Bolívia. Ao darmos prosseguimento com o nosso questionamento, Aroeira (entrevista, 2021) narra que:

[...] se eu pegar a relação de gênero entre homem e mulher e relação de vivência, a gente tem a presença masculina aqui que é muito forte né, do homem que cuida da família, que mantêm a sua família, e tem



a mulher também que num, num fica pra trás né, a mulher quer tá ali junto, ela quer aparecer nesse sistema todo junto com o homem, ela não quer ficar pra trás.

Vê-se com o trecho acima que a camponesa identifica que há uma predominância da presença masculina no território camponês, como o gênero que tem poder de decisão e se posiciona na vida cotidiana de suas famílias. Todavia, ainda afirma que a mulher caminha para o processo de “*não ficar pra trás*”, isto é, como temos discutido como existem estruturas desiguais de poder entre e para os gêneros, desse modo há uma luta das mulheres – uma luta pode-se dizer feminista – na tentativa de desestruturar esse “*sistema todo*”.

Efetivamente, refletir e discutir sobre as relações de gênero não se constitui como uma atividade simples, dados os enraizamentos históricos e culturais nos quais fomos submetidas/os, tendo em vista que “Desde que nascemos somos educados/as para conviver em sociedade, porém de maneira distinta, caso sejamos menino ou menina” (CLAM, 2009, p. 48), e é justamente nessa perspectiva que seguimos argumentando, que atender às determinações impostas aos gêneros feminino e masculinos advém de aprendizagens produzidas em processos socializadores de gênero e sexualidade.

Ainda, surgiram falas que, mesmo dizendo não haver distinções de atividades para os gêneros, apresentam elementos – principalmente através de exemplos de trabalho – de uma posição para mulheres e homens, como poderemos observar nos excertos abaixo:

Não. Porque assim, não há, porque assim tem mulher que vai pro curral ajudar o homem tirar o leite, [...] aí ela vem pra dentro de casa, e ele vai, por exemplo, roçar um pasto, ele vai carpir, ele vai fazer alguma coisa, e ela vai cuidar do serviço da casa, então varia o serviço, [...] mas a maioria não, a maioria das mulher não vai pro pasto roçar, ou então fazer serviço, então a minoria (Figueira, entrevista, 2021).

Não, eu acho que desde que a pessoa tenha força física né, eu acho que não tem tanta diferenciação, mas se a pessoa não tem aquela força física pra fazer um serviço que é indicado pra, para homem, aí já tem essa diferenciação, entendeu? Agora o serviço que o homem faz que ele já é indicado pra mulher já não tem assim... não existe tanta força assim, física né [...](Embaúba, entrevista, 2021).

[...] Mas assim, hoje a maioria das mulheres do campo, elas estão mais voltadas, mais ao serviço de casa mesmo [...]. Mas não é uma questão,



acredito que não é uma questão assim, de ser assim machismo não, é por questão de economia do lugar mesmo, né? (Jenipapo, entrevista, 2021).

Na narrativa de Figueira podemos observar que a camponesa aponta que os serviços são variados e que tanto a mulher quanto o homem trabalham na roça, todavia quando retornam à sua casa, as responsabilidades com os afazeres domésticos são desempenhadas pela mulher enquanto o homem permanece nas atividades da roça.

A fala de Embaúba nos remete de que exista serviço indicado tanto para o homem (a roça) quanto para a mulher (a casa) e que, apesar de se posicionar que não há diferenciação entre os sexos/gêneros, a camponesa enfatiza que a força física influencia no cumprimento de atividades na roça, por justamente requisitar esse tipo de capacidade física; em contrapartida, as atividades no âmbito doméstico não requisitam esse mesmo tipo de capacidade e na mesma proporção, o que possibilita que qualquer pessoa possa realizar.

Já Jenipapo anuncia que na conformação de várias famílias nos assentamentos, é a mulher que executa tanto o trabalho na roça quanto na casa, tendo em vista que seus maridos possuem empregos em outras localidades. Todavia, o trabalho doméstico segue sendo associado ao gênero feminino, onde aponta a recusa pelo viés do machismo, mas sim dado que o campo possui limitações/restrições de possibilidades de trabalho remunerado para as mulheres. No entanto, Tardin (2012) ao abordar sobre a cultura camponesa afirma que existe uma estrutura patriarcal no campo, levando-nos a questionar se realmente não existem trabalho remunerado para as mulheres ou a superioridade masculina camponesa deslegitima todo o trabalho realizado pelas mulheres tornando-o não pago.

No geral, inferimos que para essas/es entrevistadas/os, as diferenças não se estabelecem, tendo em vista que as mulheres estão se inserindo nos trabalhos, nas atividades e entre outros espaços que, majoritária e historicamente, eram ocupados/as pelos homens. Contudo, reconhecemos como importante que, apesar dessas relativas transgressões, mantém-se uma estrutura sexista, na qual a igualdade e, especialmente, a equidade na ocupação dos espaços e no compartilhamento das atividades entre mulheres e homens são questionáveis.



No entanto, outras duas camponesas declararam existir diferenças entre atividades de mulheres e homens nos assentamentos, tendo em vista que Acuri (entrevista, 2020) se concentrou nas atividades na roça ao afirmar que *“Existe sim, moça, porque existe trabalho que mulher não dá conta de fazer, né? Então, existe muita diferença. Assim, trabalhar no trator né, [...] eu não consigo trabalhar num trator né? Ou então mexer no gado branco sozinha, montar num cavalo, ir pro pasto, essas coisas eu não consigo fazer”*.

Na tentativa de entender de forma mais aprofundada quais são as atividades designadas para mulheres e homens a partir das perspectivas de nossas/os entrevistadas/os inseridas/os no contexto daquele território, nos foram relacionadas as seguintes situações cotidianas de trabalho:

Quadro 3: – Relação das atividades cotidianas da roça e da casa para mulheres e homens

Camponesa/ês	Narrativas
Buriti	Assim ó, uma vasilha... lavar uma vasilha, varrer uma casa, fazer comida... a maioria eles falam ‘não, isso aqui é coisa de mulher, eu trabalho na roça, eu carpo, mexo com gado’, é isso que eles falam.
Canjiqueira	É igual eu falei no começo pra você, homem é homem, mulher é mulher, cada um tem o seu serviço no seu sítio. Ah, o homem vai cuidar do sítio, vai carpir, vai roçar, cuidar do gado leiteiro. A mulher já vai fazer o almoço, limpar uma casa, cuidar do quintal, essas coisas assim.
Jenipapo	[...] mas eu tenho exemplos de muitas mulheres que acompanham o marido nessa, nesses momentos né, que vai no pasto junto com o marido, que segura, tem muitas mulheres aqui que levantam cedo e vai tirar leite junto com o marido... é... realmente é umas guerreira. O homem na verdade ele fica com o trabalho mais pesado mesmo né, que é carpir o quintal, é a manutenção do sítio né, é trabalhar num trator, é gradear uma terra, jogar semente, é passar veneno né.

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados extraídos das entrevistas semiestruturadas (2021).

Como foi narrado por Buriti, Canjiqueira e Jenipapo existem as atividades para mulheres e homens relacionadas ao sítio. Corresponde à mulher, principalmente, o cuidado com a casa a partir de funções como lavar, varrer, fazer o almoço/alimentação; relaciona-se ao homem o exercício na roça, isto é, o serviço braçal que diz respeito ao carpir, tratar do gado, construir cercas, ir para o curral tirar o leite, gradear a terra, dirigir trator, entre outras funções.



Dentre esses excertos, elucidamos outro ponto para análise que diz respeito a esse aspecto de “ajuda” da mulher, ou seja, da esposa nos afazeres da roça realizado pelo seu marido, apresentado especialmente por Jenipapo, que dentro de algumas famílias, a vida no campo se desenvolve dessa forma, sendo assim, a mulher acompanha o homem no trabalho árduo diário da roça.

Entretanto, esse acompanhamento é visto como uma extensão das atividades realizadas no âmbito doméstico, na qual Korol (2016, p. 91, tradução nossa) afirma que “O trabalho da mulher ficou oculto atrás da fachada da família monogâmica, permanecendo invisível até os nossos dias [...]. Portanto, este tipo de trabalho, ainda quando consuma muitas horas de forte desgaste, não tem sido considerado de valor”. Com isso, todo o trabalho desempenhado pelas mulheres, em realidade, não é valorizado, se desdobrando em não o reconhecer como produtivo e não remunerado; segue sendo reduzido à dimensão do cuidado com a família, posição esta atribuída às mulheres.

O que ocorre, justamente, é a sobrecarga de trabalho ao gênero feminino amparada na ideia patriarcal e sexista de que a mulher camponesa, ao realizar as funções na roça, contribuirá com o desenvolvimento da família e cumprindo o seu papel de reprodução. Por isso mesmo, reconhecemos como comum as práticas de trabalho das mulheres camponesas tanto na roça, ao plantar, colher, tirar o leite (tratado como o trabalho produtivo); como também limpar, varrer, lavar e cuidar da casa e das/os filhos (tratado como o trabalho reprodutivo).

Pensemos que, cada família, possui a suas especificidades, mas a organização entre trabalho doméstico e trabalho da roça se efetiva e possui gênero. Focando então nessa estrutura patriarcal e capitalista de se configurar a divisão social do trabalho, Vivas (2011, p.1, tradução nossa) afirma que:

As mulheres camponesas tem se responsabilizado, durante séculos, das tarefas domésticas, do cuidado com as pessoas, da alimentação de suas famílias, do cultivo para o autoconsumo e dos intercâmbios e comercialização de alguns excedentes de suas hortas, se encarregando do trabalho reprodutivo, produtivo e comunitário, e ocupando uma esfera privada e invisível.

Com este trecho, dimensionamos que na sociedade patriarcal-capitalista as mulheres camponesas e/ou urbanas são fontes agentes de produção e reprodução desse sistema social, cultural, político e



econômico, e na mesma medida que são potentes e representam a maior força de trabalho, são subordinadas, subalternizadas e que sofre com as desigualdades produzidas pelas assimetrias de gênero de uma estrutura social sexista.

Nos questionamos qual seria a participação (ou não) dos homens dentro de suas próprias casas, no que condiz aos afazeres necessários para a convivência. Desse modo, para exemplificar na prática cotidiana da vida nesses assentamentos, no quadro a seguir, relacionamos como estão organizadas tais atividades laborais diárias na família de cada camponesa/ês, tanto no que se refere aos serviços domésticos quanto aqueles associados à roça:

Quadro 4 - Organização das atividades de trabalho da casa e da roça entre os gêneros na relação familiar cotidiana

Camponesa/ês	Narrativas
Acuri	Ó, eles tentam, mas se deixar para eles fazer mesmo, eles não faz não, eles não dá conta. [...] principalmente meu marido, não dá conta de fazer o almoço, não dá pra deixar pra cuidar do neto sozinho, é mais difícil, eles não tem costume que nem a mulher.
Ipê	[...] o que acontece diariamente né, então eu trato das galinha, tenho que levar a minha filha lá na vó dela, pra depois ir pro serviço né, então isso era frequente, até falo pro meu marido “parece que eu faço mais coisa”, porque eu tenho que chegar e depois limpar a casa né, e por ele sair mais cedo, ele ir mais cedo pro serviço, então sobra sempre mais pra mim né, mas isso é uma questão, isso é uma coisa assim que as mulheres daqui meio que já tão acostumada, entende?
Carandá	Então assim que eu posso, ou tenho condições, eu ajudo ela, entendeu, às vezes ela tá fazendo alguma coisa, eu tô ajudando ela né, na cozinha principalmente.
Bocaiúva	Aí eu e o menino vamo tirar um leite, cabô aí nós vamo roçar um pasto, nós vamo limpar o quintal, se é tempo de plantar, vamo fazer a plantação, e já a minha esposa que fica em casa, a mulher, ela vai, ela já vai cuidando, cuida da casa, o café da manhã, e depois vai tratar de galinha também, e aí é sempre cada um se encarrega mais de fazer uma coisa.

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados extraídos das entrevistas semiestruturadas (2021).

Os excertos acima nos direcionam a refletir sobre a vida cotidiana familiar dessas/es camponesas/es, para conhecer a realidade dessas famílias, pois, de certo modo, contribui para a compreensão da



especificidade vivida por cada uma/um delas/es. Acuri afirma que somente elas realizam as tarefas domésticas, tendo em vista que na relação familiar essas funções são atribuídas a elas, bem como se as mesmas não fizerem ninguém fará e que o marido (e os outros homens da casa, como os filhos) não conseguem executar essas mesmas tarefas, pois não estão acostumados.

Concernentes às falas de Bocaiúva observamos a demarcação que está colocada para as mulheres e homens dentro de suas famílias justamente com a separação das atividades do âmbito doméstico destinado às mulheres e as atividades da roça designada aos homens, o que propicia conhecermos que as diferenciações estabelecidas nesse território não são alheias as próprias vivências dessas/es camponesas/es, ocorrendo dentro de suas próprias casas, como de outras pessoas da comunidade.

A respeito da narrativa de Ipê, detectamos que a camponesa questiona a quantidade de afazeres designados a ela, na medida que além das atribuições da casa e com a sua filha, também desempenha funções na roça, sendo uma das primeiras ações do seu dia. Ademais, voltemos nossa atenção para a questão do costume, dado que a mesma expressa que as mulheres já estão acostumadas com essa realidade. Na perspectiva dos estudos de gênero pensemos que propriamente esse costume (re)produz uma série de aprendizagens determinadas e, principalmente a subalternidade das mulheres tratando como “normalidade” essas distinções das funções entre os sexos, e a sobrecarga ao gênero feminino.

Desse modo, esse costume se reverbera na questão da naturalização das ações e, ainda conforme Korol (2016, p. 98, tradução nossa), “A invisibilidade do trabalho das mulheres está naturalizada pela divisão sexual do trabalho que reproduz a alienação das mulheres, entendendo por isso que as mulheres não podem se reconhecer no produto de seu trabalho, já que nem sequer o reconhece como trabalho”. Tal trecho propicia refletirmos que a internalização do costume e a não-consciência das camponesas de que todas as funções que realizam são caracterizadas como trabalho produz a desvalorização e a não retribuição de seu trabalho pago, geralmente também não havendo uma reivindicação por parte dessas mulheres, dado que a lógica de opressão se opera de maneira sutil e silenciosa.

Outras questões de análises podemos extrair da narrativa de Carandá, pois focuemos que o camponês, enquanto homem, se posiciona



que ajuda nas atividades da casa, o que direciona a refletirmos que o aspecto da “ajuda” também recai sobre os homens quando estes realizam, de forma rotineira ou esporádica, as funções domésticas. Todavia, identificamos que esse processo de ajuda às mulheres ainda permite a reprodução do excesso de trabalho para as mesmas, bem como o privilégio que o homem possui, pois a sua participação nas atividades domésticas ocorre quando podem (por vontade e/ou por tempo).

Esse cenário nos direciona a reconhecer a existência do privilégio masculino, especialmente no que se refere ao poder de escolha. A ideologia patriarcal opera em várias dimensões e, segundo Tiburi (2018, p. 59), “É claro que qualquer sistema de privilégios é feito para que uns usufruam deles enquanto outros devem trabalhar para que o sistema seja mantido”. Às mulheres não é direcionado o poder de escolher se vão ou não executar os afazeres domésticos do dia, em realidade, como temos conhecido através das narrativas: ou as mulheres realizam as atividades, ou ninguém mais se identifica na obrigação de realizá-las.

É importante registrar ainda que surgiram narrativas de algumas das camponesas a respeito desse sistema de organização, podendo-se inferir que as mesmas possuem o entendimento das questões que circundam as determinações arbitrárias de poder e fazendo críticas às omissões práticas dos homens:

Não poderia ser separado, a mulher só em casa e o homem só na roça. Já que sempre a mulher ajuda na roça, o homem ajudar em casa também, acho que tem que dividir né, se é união, tem que dividir, porque senão fica sobrecarregado só pra um, né? [...] (Jatobá, entrevista, 2021).

Eu acredito que eles acham que os serviços deles já é bem pesado né, e que o serviço de casa da mulher, é da mulher e pronto, existe essa questão né, machista que foi construída ao longo da história que a mulher, ela serve pra limpar e lavar e o marido pra trabalhar fora né, existe esse conceito né, por aqui, o homem não limpa a casa, não lava a roupa né [...] (Aroeira, entrevista, 2021).

A primeira questão que identificamos pelas narrativas, principalmente de Jatobá, é justamente a respeito da sobrecarga de atividades que as mulheres exercem diariamente, tendo que realizar dupla jornada de trabalho, tanto na roça quanto sendo dona de casa. Já Aroeira destaca que existem essas diferenciações de trabalhos entre os gêneros na divisão das funções e, de certo modo, critica essa realidade, reconhecendo



que se constroem desigualdades (que são históricas) e lugares apropriados às mulheres e aos homens.

Independentemente das funções que ocupam, seja pela manhã ou no fim da tarde, a responsabilidade com a reprodução da vida dentro das casas nesses assentamentos são das camponesas. Há uma obrigatoriedade implícita sobre a realização dessas ações. O que ocorre é que mulheres e homens através de diferentes processos socioculturais, são ensinados, de maneira explícita e/ou implícita, a se relacionarem de determinada forma, a se comportarem de determinado jeito a partir de seu sexo, construindo as delimitações entre e para os gêneros, em diferentes espaços-tempos, e no território da fronteira Brasil-Bolívia, decorreu do modo que expomos e refletimos nesse texto.

Desse modo, argumentamos que desde muito cedo aprendemos – seja nos âmbitos escolares, familiares, meios de comunicação de massa, na literatura, etc. – uma série de classificações que estão determinadas para os gêneros feminino ou masculino (MEYER, 2013), demarcando também uma lógica binária de ser e estar no mundo. Todavia, entendendo que todo esse processo proveniente dessas relações sociais são processos cambiantes, isto é, mutáveis e passíveis de transformações, as marcas estabelecidas para mulheres e homens podem ser desestruturadas a fim de outras construções e novas possibilidades (TRUJILLO, 2007).

Logo vê-se com as narrativas e problematizações construídas que as relações entre mulheres e homens e seus processos socioculturais perpassam cotidianamente aquele território e, principalmente, as/os participantes vivenciam e, aos poucos, vêm reconhecendo na prática diária que existem distinções estabelecidas aos gêneros, na qual ainda reside o desafio da desconstrução da naturalização e da invisibilização dessa realidade.

Considerações Finais

Como apresentamos pelas teorias, gênero é aprendido, é ensinado, é (re)produzido e tem se constituído como um conceito para analisar os padrões impostos a mulheres e homens baseados nas diferenças sexuais, estes que se desdobram em diferentes formas de pensamentos e práticas que pela lógica hegemônica devem ser seguidas pelas pessoas.

Para este trabalho, gênero foi um conceito muito importante de análise para identificarmos a existência – não só naquele território, mas a



organização estrutural da sociedade – da instituição da divisão sexual do trabalho, provenientes das estruturas sexista, patriarcal e capitalista de poder e entre outras formas de opressão e exploração (machismo, colonialismo, misoginia, homofobia, etc.) que afetam de forma substancial as mulheres e, em certa medida, os homens ao esquematizarem formas “corretas” e “normais”, isto é, pensemos pelas condições de permitir e interditar através de padrões de feminilidade e masculinidade.

As formas estruturais de poder que fomentam e conformam a sociedade como o patriarcado e heterossexismo legitimaram práticas excludentes de invisibilização e subordinação das mulheres aos homens, nesse sentido, que as atividades de trabalho no campo ocorrem e se reproduzem com base na divisão sexual/social do trabalho, regidos pelos princípios de separação e hierarquização, dado que às mulheres é atribuído o trabalho do cuidado com a casa/lar (âmbito reprodutivo) – nem visto como trabalho, não-remunerado – e aos homens o âmbito externo (âmbito produtivo) reconhecido e visibilizado.

Percebemos que as práticas cotidianas nos assentamentos representam vivências que interpelam as questões de gênero a todo momento, pois, mesmo que as/os participantes afirmaram não existir diferenças entre mulheres e homens, as narrativas posteriores expuseram que território da fronteira Brasil-Bolívia também se reproduzem práticas que distinguem funções baseadas no gênero, tal qual o trabalho da casa está associado às mulheres e o trabalho na roça aos homens, organização esta que retoma as discussões acerca da divisão social e sexual do trabalho e que, dessa maneira, permitem e interditam determinadas práticas/lugares a esses corpos.

Observou-se que a palavra “ajuda” foi recorrente tanto pela narrativa das camponesas quanto dos camponeses, contribuindo para que esse aspecto esteja relacionado às extensões das atividades da casa, nas quais as mulheres não são remuneradas pelo trabalho desempenhado, em qualquer um dos dois âmbitos (interno/casa e externo/roça), estando naturalizado. Esse sistema gera uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, ao mesmo tempo que não se constitui como um trabalho valorizado, isto quando é visto como trabalho.

O mapeamento que realizamos com essas camponesas e esses camponeses de maneira direta no intuito de visibilizar o entendimento que possuem a respeito das relações de gênero, foge da tentativa de



realizar comparativos e/ou julgamentos de valor, mas essa ação permite criarmos um processo de análise entre as condições materiais e imateriais, da teoria e prática, das contradições presentes naquele contexto que recebem influências diretas das dimensões sociais, culturais, políticas e históricas.

Problematizar sobre as relações de gênero é um trabalho complexo. Requer o questionamento de estruturas naturalizadas, legitimadas e, até mesmo, institucionalizadas histórico-socialmente. É um trabalho profundo e contínuo no caminho da compreensão de que as definições e/ou caracterizações que efetuamos nas páginas deste texto permanentemente inacabado, estão e são passíveis tanto de ampliação quanto de modificação. É relevante ponderar a respeito da necessidade da construção de espaços para o diálogo a respeito dessas temáticas, isto é, das relações de gênero, da sexualidade, das relações camponesas e entre outras especificidades que permeiam o território da fronteira.

Nas idas e voltas, entre limites e potencialidades, o território da fronteira Brasil-Bolívia é constituído e atravessado por intensas relações de poder e de possibilidades. Fronteiras são levantadas, mas também cruzadas e/ou borradas. O permitido e o interditado a mulheres e homens estão suscetíveis ao rompimento de barreiras impostas. Fronteiras podem ser territórios de troca e de compartilhamento ao se relacionar com outras formas possíveis de ser e estar no mundo.



Referências

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CLAM, CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Livro de conteúdo, versão 2009, Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CRUZ, Tânia Cristina da Silva; FERREIRA, Jonathas Felipe Aires. Economia Solidária, tecnologias sociais e relações de gênero: a agroecologia como ferramenta de inovação e tecnologia social para emancipação solidária das mulheres do campo. In: ZART, Laudemir Luiz; PAEZANO, Eliane dos Santos Martinez; MARTINS, Jucilene de Oliveira (Orgs.). *Fundamentos da produção social de conhecimentos*. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2019.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. Editora: UNESP, 2009.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FEDERICI, Silvia. *El patriarcado del salario*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados sobre os Municípios Brasileiros, 2020*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/panorama>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

KERGOAT, Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. Editora: UNESP, 2009.



KOROL, Claudia. *Somos tierra, semilla, rebeldia*: Mujeres, tierra y territorio em América Latina. Biodiversidad y América Libre, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*: Um debate contemporâneo na educação. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOCHEUTI, Karina Nonato. Balanço de produção sobre aprendizagem cooperativa e educação superior. In: *38ª Reunião Nacional da ANPED* – 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís/MA, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Tânia Paula da; BINZSTOK, Jacob. Espaços de resistência camponesa na fronteira Brasil-Bolívia: os assentamentos rurais em Cáceres-MT. In: *XV Encuentro de Geógrafos de América Latina – “Por una América Latina unida y sostenible”*. Havana. Memórias do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina – “Por una América Latina unida y sostenible”. Havana-Cuba: Facultad de Geografía - Universidad de La Habana, v. 1. p. 394-405, 2015.

TARDIN, José Maria. Cultura Camponesa. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TIBURI, *Feminismo em comum*: para todas, todes e todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TRUJILLO, Elvia Vargas. *Sexualidad... mucho más que sexo*: una guía para mantener una sexualidad saludable. Bogotá: Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes, 2007.



VINUTO, Juliana. *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*. Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

VIVAS, Esther. Soberanía alimentaria: una perspectiva feminista. *Rebelión*, Espanha, 2009. Disponível em: <<https://rebellion.org/soberania-alimentaria-una-perspectiva-feminista/>>. Acesso em: 17 de jul. 2021.



“El Hombre es Hombre, la Mujer es Mujer, Cada Uno Tiene su función en Su lugar”: Lo Permitido y lo Interdictado entre los Géneros

RESUMEN: El presente artículo se configura como producto de una investigación en el campo temático de los estudios de género con campesinos y campesinas de los asentamientos rurales ubicados en la frontera Brasil-Bolivia, en el municipio de Cáceres-MT. La principal cuestión que orientó la presente investigación fue comprender: ¿De qué manera los procesos generificadores influyen en las relaciones establecidas entre mujeres y hombres en el territorio campesino? El referencial teórico se basó en los conceptos de Género y Patriarcado (SCOTT, 1995; TIBURI, 2018); y en la División Social y Sexual del Trabajo (KERGOAT, 2009). Metodológicamente, este estudio tuvo abordaje cualitativo e investigación descriptiva y fue utilizada la entrevista semiestructurada con 11 campesinos/as. Como resultado se identificó que existe una división y diferenciación entre géneros, en la que el trabajo propio de la casa se asigna a las mujeres y el trabajo del campo a los hombres. Se reconoció que hay mujeres presentes en las funciones del campo, pero su trabajo se considera como una "ayuda" al hombre. Se evidenció la necesidad de reconocer y reevaluar la división de tareas en función de los géneros en los diferentes escenarios de este territorio.

PALABRAS CLAVE: Relaciones de Género. Generificación. División Social y Sexual del Trabajo. Asentamientos Rurales.

Dominique Stefany Gomes dos SANTOS

Graduada em Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Especialista em Impactos da Violência na Escola pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Email: dominique_sgs@hotmail.com

Sandro Benedito SQUIREZI

Doutor em Ciências Sociais (PUC/SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGedu – nível Mestrado da UNEMAT e do Programa Mestrado/Doutorado em Ciências Ambientais (PPGCA-UNEMAT). Fundador e coordenador do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT). Coordenador da Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis (IOCASS). Líder do Grupo de Pesquisa em



Desenvolvimento Regional Sustentável e as Transformações no Mundo do Trabalho (GDRS). Fundador da Rede de Pesquisa, Inovação e Tecnologia Social em Gestão de Resíduos Sólidos, Sustentabilidade e Economia Solidária (REPITES) e representante da REPITES Centro-Oeste. Atualmente é Coordenador da Comissão Provisória da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO).

E-mail: sandrosguarezi@gmail.com

Luciene NEVES

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

E-mail: luciene@unemat.br

Recebido em: 23/03/2023

Aprovado em: 30/05/2024